



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20200186

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019-DIV
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses
DATA: 22/04/2020

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BELA CRUZ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 07.566.045/0001-77, com sede na Rua 07 de Setembro, nº 34, Centro, Bela Cruz, Estado do Ceará, através da(s) Secretaria(s) de Educação, Administração, Planejamento e Finanças, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura, Agronegócios, Meio Ambiente e Turismo e Gabinete do Prefeito, neste ato representada pelo(s) Ordenador(es) de Despesas, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2019-DIV**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 18 de julho de 2002, no Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e nas demais normas legais aplicáveis

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AS AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE JUNTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BELA CRUZ/CE**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 008/2019-DIV, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



FORNECEDOR: PROFISSA DISTRIBUIDORA EIRELI ME inscrito no CNPJ sob o nº 20.365.863.0001-70.
ENDEREÇO: RUA JOÃO TOMÉ, Nº 486, BAIRRO: MONTE CASTELO, CEP: 60325-220, CIDADE: FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ.

REPRESENTANTE LEGAL: DAVI FERNANDES SOARES.

TELEFONE: (85) 3017-4769. EMAIL: contato@profissadistribuidora.com.br

UNIDADE GESTORA: Educação, Administração, Planejamento e Finanças, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura, Agronegócios, Meio Ambiente e Turismo e Gabinete do Prefeito.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	BLOCO DE RECADO AUTO ADESIVO (POST IT) COM 01 BLOCO DE 100 FOLHAS CADA NA COR AMARELO FLUORESCENTE 76MM X 102MM, REPOSICIONÁVEL, COM PAPEL CELULOSE VEGETAL ACRÍLICA, 75G/M², ADERÊNCIA NA PARTE SUPERIOR	300	PCT	BRW	R\$ 3,11	R\$ 933,00
42	CLIPS 2/0 EM AÇO NIQUELADO CX COM 100 UNIDADES, ANTI-OXIDANTE	270	CX	ECCOCLIPS	R\$ 2,67	R\$ 720,90
56	ESPIRAL PLASTICO 12 MM C/ 100PÇS COR: PRETO	60	PCT	COPYART	R\$ 11,31	R\$ 678,60
62	ESPIRAL PLASTICO 7 MM C/ 100PÇS COR: PRETO	100	PCT	COPYART	R\$ 6,47	R\$ 647,00
63	ESPIRAL PLASTICO 9 MM C/ 100PÇS COR: PRETO	100	PCT	COPYART	R\$ 9,27	R\$ 927,00
111	PAPEL 40KG TIPO A4 RESMA COM 50 FOLHAS, MEDINDO 210MM X 297MM, CORES SORTIDAS	250	RESMA	ABC	R\$ 5,88	R\$ 1.470,00
140	PINCEL DE PELO CHATO N.º 02	325	UND	CONDOR	R\$ 2,76	R\$ 897,00
141	PINCEL DE PINTURA ESPESSURA FINA CHATO 484 N.º4	325	UND	CONDOR	R\$ 3,69	R\$ 1.199,25
155	TELA, PARA PINTURA ARTÍSTICA, EM LONA BRANCA, DIMENSÕES 30 X 40 CM	100	UND	SOUZA	R\$ 10,26	R\$ 1.026,00
157	TELA, PARA PINTURA ARTÍSTICA, EM LONA BRANCA, DIMENSÕES 50 X 70 CM	100	UND	SOUZA	R\$ 18,95	R\$ 1.895,00
163	TINTA PARA CARIMBO COM 42ML NAS CORES AZUL E PRETA, SEM ÓLEO, FRASCO PLÁSTICO. COMPOSIÇÃO: TINTA À BASE DE ÁGUA, CORANTES, SOLVENTES E ADITIVOS	160	TUBO	RADEX	R\$ 6,58	R\$ 1.052,80

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CADASTRO DE RESERVA.

3.1. O Anexo I A da presente Ata constitui-se em cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

3.2. As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatórias, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES.

4.1. O órgão gerenciador e órgãos participantes do registro de preços:

ÓRGÃO GERENCIADOR	NOME DO TITULAR	CPF
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CHEILA MARIA MARIANO	796.546.493-49

ÓRGÃO PARTICIPANTE	NOME DO TITULAR	CPF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	CLEYSON FÁBIO MENEZES PENHA	928.313.113-49
SECRETARIA DE SAÚDE	MARIA CÉLIA ARAÚJO CARVALHO	189.740.823-49
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ANA BEATRIZ ADRIANO	032.135.043-00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	RAFAEL BRUNO DOS SANTOS DUTRA	034.549.003-79
SECRETARIA DE AGRONEGÓCIOS	FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA	460.470.183-00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	ALEXANDRE BESSA CAVALCANTE	204.765.233-20
GABINETE DO PREFEITO	MARIA ELUSA CARNEIRO ARAÚJO	517.990.303-49

4.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente ata, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.2.2. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata para os órgãos participantes.

4.2.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao máximo: quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.2.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.2.4.1. Tal prazo poderá ser prorrogado pelo órgão gerenciador, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitado pelo órgão não participante.

4.2.5. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE DA ATA.

5.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO.

6.2. Para o fornecimento do(s) item(ns)/lote(s) registrado(s) nesta Ata deverá ser assinado CONTRATO específico.

6.2.1. Apenas será assinado contrato, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes, no exercício em curso, sendo que a reserva orçamentária deverá indicar as respectivas rubricas do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do SRP (Sistema de Registro de Preços), consignadas abaixo.

ÓRGÃO REQUISITANTE/ UNIDADE GESTORA	ELEMENTO DE DESPESA
1103 Fundo de Man/Desenv. da Educação Básica	3.3.90.30.00 Material de consumo
0301 Sec de Adm. Fin. Planejamento	3.3.90.30.00 Material de consumo
0501 Secretaria de Saúde	3.3.90.30.00 Material de consumo
0601 Secretaria de Assistência Social	3.3.90.30.00 Material de consumo
0701 Secretaria de Infra-Estrutura	3.3.90.30.00 Material de consumo
0801 Sec de Agronegócios e Desenv. Econômico	3.3.90.30.00 Material de consumo
0901 Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	3.3.90.30.00 Material de consumo
0201 Gabinete do Prefeito	3.3.90.30.00 Material de consumo

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO.

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



7.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- e) O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

7.6. Nas hipóteses dos itens 7.4 e 7.5, poderão ser analisados os documentos habilitatórios, bem como a proposta dos fornecedores constantes do Cadastro de Reserva, para fins de sua contratação, conforme determina o art. 11, §1º do Decreto Federal nº 7.892/2013.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR.

8.1. Caberá ao órgão gerenciador, além das obrigações discriminadas no corpo do Edital e da presente ata, a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- a) Gerenciar a presente ata de registro de preços;
- b) Promover, periodicamente, ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar se os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados na Administração Pública;
- c) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- d) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- e) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.